

Tendências Econômicas em Abya Yala

Não muito longe de um trauma estrutural:
colonização e primarização

Tomás Raffo



ILACVC

Instituto Latino-Americano para a Promoção
da Cultura Viva Comunitária

É com muita emoção que apresentamos aqui uma contribuição da equipe do Instituto Latino-Americano para a Promoção da Cultura Viva Comunitária para o debate sobre o futuro dos processos coletivos nos territórios e o contexto em que nossas comunidades constroem uma vida mais justa no âmbito do encontro “Memória e Futuro” em Guadalajara, México.

Este é o trabalho rigoroso com que Tomás Raffo, economista e activista argentino, analisa um problema central: o Modelo de Desenvolvimento que prevalece no nosso continente, as suas raízes, os seus elementos fundamentais e as suas terríveis consequências sociais, políticas e económicas, mas também as perspectivas, oportunidades e desafios que devemos enfrentar como processos articulados no Movimento Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária para reverter esses processos. É importante notar que, a partir da sua reflexão, o fortalecimento da Comunidade Cultura Viva nos territórios da Nossa América volta a ganhar importância central; separar, cindir a “Cultura” da “Economia” só pode ser parte de um dispositivo que busca a dominação.

Como o autor aponta desde o próprio título deste texto, o “trauma” da colonização continua a aprisionar o nosso potencial, gerando uma “primarização” da nossa economia, mas também uma sociabilidade competitiva que ameaça práticas e procedimentos colaborativos que fazem parte da nossa multiplicidade e diversidade cultural e que têm sido o verdadeiro reservatório da nossa saúde e das nossas vidas.

Agradecendo ao Tomás o empenho, esperamos que este material sirva para ações de formação, debates e iniciativas de organização e intercâmbio, numa dinâmica que promovemos há vários meses, “por todos os caminos”.

Celio Turino

Tendências Econômicas em Abya Yala

Não muito longe de um trauma estrutural: colonização e primarização

I) A título de introdução

A la hora de realizar un análisis, siquiera somero, sobre las principales tendencias económicas presentes en América Latina, nos parece imprescindible situar el peso de la historia en este presente. Y no sólo se trata de la historia reciente de nuestro continente, sino de lo que podríamos denominar los inicios mismos de esa historia, la HISTORIA, con mayúscula, por lo menos en lo atinente a su captura por parte de occidente.

Ao fazer uma análise, mesmo que superficial, das principais tendências econômicas presentes na América Latina, parece essencial colocar o peso da história neste presente. E não se trata apenas da história recente do nosso continente, mas do que poderíamos chamar de início dessa história, HISTÓRIA, com letra maiúscula, pelo menos no que diz respeito à sua captura pelo Ocidente.

E falamos de captura porque nos parece que é uma boa figura do que está por trás do atual desenvolvimento económico da nossa região. A captura, ou para a historiografia oficial, a “descoberta” do nosso Continente, que vale esclarecer que é uma descoberta para o olhar estrangeiro, constitui o atual trauma estrutural da nossa região.

Para além do facto de o desenvolvimento económico e científico do nosso território ter sido moldado em torno da dinâmica produtiva e da reciprocidade dos nossos Povos Nativos, e depois ter continuado com as modalidades cooperativas e autogeridas de centenas de milhares de iniciativas colaborativas e comunitárias, as grandes variáveis da nossa economia foram determinados pelo sangrento processo de

colonização a que fomos submetidos como espaço geográfico e humano.

É este trauma que marcou a nossa região e cujos fios invisíveis, mas não menos fundamentais, continuam válidos no nosso presente. Na Declaração de La Paz, em 2013, quando nasceu o Movimento Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária, dizia-se que “a caravana rumo às nossas Culturas Vivas Comunitárias não começou ontem, mas há quinhentos anos. No preciso momento em que sofremos a agressão dos exércitos imperiais mais sanguinários da história, as nossas culturas comunitárias vivas começaram um caminho rumo à semente, a nós e a nós mesmos, a uma prática cultural colectiva, baseada na amizade, na paz, na solidariedade e na cooperação, não mais como ações de resistência, mas com a perspectiva da construção de uma nova sociabilidade.”

O processo de Colonização e Exploração do nosso continente que se inicia com a sua descoberta constitui uma marca original desse trauma, quase como um verdadeiro sintoma da nossa região. É esta exploração por interesses externos ao nosso continente que pode ser considerada uma constante no desenvolvimento económico da América Latina, que, assumindo diferentes formas em cada um dos países da região, moldou ao mesmo tempo a história das suas lutas políticas e com elas o nascimento, formação, desenvolvimento e implantação dos movimentos de resistência política que procuraram e ainda continuam a enfrentar este destino subordinado e vulnerável da nossa região.

O encontro, ou melhor, o Choque, entre a Europa e a América Latina foi rapidamente seguido por um processo de conquista e colonização que durou vários séculos. As potências coloniais europeias, principalmente Espanha e Portugal, impuseram sistemas económicos e sociais que praticamente destruíram estruturas pré-existentes. A exploração dos recursos naturais, o estabelecimento da encomienda e da mita e a introdução dos escravos africanos formaram uma economia baseada na extração e exportação de matérias-primas. Este modelo extrativista, centrado na exportação de minerais e produtos agrícolas, estabeleceu os fundamentos de uma economia dependente e vulnerável aos caprichos do mercado internacional. A concentração da riqueza nas mãos de poucos, a exploração do trabalho e a marginalização de grandes sectores da população são legados direc-

tos deste período colonial. Qualquer semelhança com a situação atual não é coincidência, pelo contrário, é uma causalidade precisa.

O século XIX trouxe consigo movimentos de independência em toda a América Latina. Contudo, a emancipação política não se traduziu numa verdadeira independência económica. As novas repúblicas continuaram a depender da exportação de matérias-primas, agora sob o domínio das novas elites crioulas. A inserção da região na economia mundial como fornecedora de produtos básicos e compradora de bens manufaturados consolidou um padrão de desenvolvimento desigual e dependente. Uma situação que, em linhas gerais, ainda hoje está presente. Durante o século XX, alguns países latino-americanos tentaram diversificar as suas economias através de processos de industrialização conduzidos pelo Estado. As políticas de substituição de importações e de desenvolvimento industrial alcançaram alguns progressos, mas foram frequentemente interrompidas por golpes de Estado violentos e criminosos. A dívida externa e as crises financeiras perpetuaram a dependência económica. Eles, a dívida e a crise, tornaram-se novos dispositivos para manter a captura do nosso continente pelos apetites vorazes do capital e pela sua lógica de valorização ininterrupta.

As actuais tendências económicas na América Latina devem ser compreendidas à luz deste contexto histórico. A região continua a enfrentar profundos desafios estruturais, que derivam daquela marca original que as potências que a colonizaram impuseram, a de ser uma plataforma de exportação de recursos naturais e de mão-de-obra barata na sua incorporação na economia mundial. Em termos gerais, e tomando a América Latina como um agregado, podem ser caracterizadas as principais tendências económicas presentes na região:

Dependência de produtos primários: Apesar dos esforços de diversificação, muitos países latino-americanos continuam a depender fortemente da exportação de recursos naturais, como minerais, petróleo e produtos agrícolas.

Desigualdade e Pobreza: A distribuição desigual da riqueza e a persistência de elevados níveis de pobreza são legados directos da estrutura económica colonial e pós-colonial.

Relações comerciais globais: A América Latina diversificou os seus parceiros comerciais nas últimas décadas, com um aumento significativo no comércio com a China e outros países asiáticos. Contudo, esta diversificação não esteve isenta de novas dependências.

Integração Regional: Os esforços de integração regional, como o Mercosul e a Aliança do Pacífico, procuram fortalecer os laços económicos internos e reduzir a dependência externa. No entanto, estes esforços enfrentaram numerosos obstáculos e resultados mistos.

Desafios Ambientais: A exploração intensiva dos recursos naturais levou a sérios problemas ambientais, incluindo desmatamento, poluição e perda de biodiversidade. A sustentabilidade tornou-se uma preocupação crescente para o desenvolvimento económico da região.

Neste quadro, este material apresentará algumas evidências que marcam a trajetória económica da região durante as últimas décadas.

II) Nossa América, depois da “Queda do Muro”

Ao pensar nas possibilidades de um novo modelo de desenvolvimento económico para a nossa região, é inevitável analisar a evolução económica desde que o outro grande acontecimento impôs os seus efeitos à região. Referimo-nos aos impactos que teve a queda do Muro de Berlim, como o momento a partir do qual se concretizou um domínio quase completo da ideologia capitalista, desta vez sob o disfarce do neoliberalismo.

O colapso da experiência socialista e com ela a sua ideologia de um novo tipo de sociedade, tem sido o terreno fértil para que a hegemonia neoliberal se concretize em quase todos os países da região, com base no que ficou conhecido como o “Consenso de Washington” na década de noventa, e que basicamente impôs condições de retirada do Estado no planeamento e intervenção económica, abrindo caminho a vastos processos de privatização, desregulamentação e abertura económica, não só para a América Latina, mas para todo o globo.



Este processo destrutivo não só conseguiu subordinar os processos económicos a nível nacional e regional, mas também prejudicou gravemente os processos cooperativos, as pequenas e médias empresas, as cadeias produtivas locais e as economias regionais ligadas ao que chamamos de Cultura Viva Comunitária, que sofreu uma asfixia e uma agressão económica em que dificilmente conseguiram persistir como experiências de Desenvolvimento.

a) Evolução do crescimento económico na América Latina e outras regiões: impacto das políticas neoliberais e tendências globais

Começaremos a análise com o indicador fetiche de toda análise económica: a taxa de crescimento da economia, que apresentamos por subperíodos desde 1990 até ao presente.

Cuadro: Tasas de crecimiento del PBI de América Latina y otras regiones. 1990-2023.

Periodo	América Latina (%)	América del Norte (%)	Europa (%)	Asia (%)
1990-2000	3.2	3.5	2.5	9.8
2000-2008	4.1	2.6	2.0	10.5
2008-2019	2.5	1.8	1.3	7.7
2019-2023	1.9	2.2	1.5	5.5

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal¹

Uma rápida olhada na tabela mostra-nos o óbvio: o motor da economia mundial desde a queda do Muro de Berlim foi a Ásia, principalmente devido à expansão da China, que, integrada no comércio mundial, está longe de ter seguido as recomendações /imposições. neoliberais do Consenso de Washington. Muito pelo contrário, a economia chinesa é fortemente explicada pela presença e regulação estatal em níveis sem precedentes para a experiência do Ocidente em geral e da América Latina em particular.

Uma segunda questão a destacar é que diferenciamos 4 fases desde a queda do Muro de Berlim. A primeira, de 1990 a 2000, categorizamos como a plena implementação do neoliberalismo na região graças ao já mencionado Consenso de Washington. A segunda de 2000 a 2008, onde governos progres-

sistas emergem na América Latina em confronto com as experiências neoliberais mais cruéis da região, mas que mesmo nos seus questionamentos discursivos e políticos, com um importante reaparecimento do Estado na economia, continuam prisioneiros do cunho colonial e extrativista, desta vez de mãos dadas com o “consenso das matérias-primas”. É este consenso que sofre na fase 3, de 2008 a 2019, como correlato da crise financeira no seio de Wall Street e da consequente política de Ajustamento Fiscal que, a partir da Europa, começa a espalhar-se nos países da América Latina. Por fim, a última etapa corresponde ao período 2019 – 2023, atravessado pela pandemia de Covid e pela recente emergência desta experiência dramática. A seguir apresentamos em linhas gerais o desempenho do crescimento económico nestas fases da queda do Muro de Berlim:

De 1990 a 2000, a América Latina registou um crescimento económico moderado de 3,2%. Este período foi marcado por reformas económicas, processos de liberalização comercial e de privatização em muitos países da região, impulsionados por políticas neoliberais conhecidas como “Consenso de Washington” sob os auspícios, promoção e imposição de organizações financeiras internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional e. O Banco Mundial. Estas políticas, embora inicialmente tenham promovido algum crescimento, basearam-se em condições de profundas desigualdades e vulnerabilidades económicas. Ao mesmo tempo, a América do Norte, com um crescimento de 3,5%, beneficiou do boom tecnológico e da estabilidade económica nos Estados Unidos. A Europa, por outro lado, teve um crescimento mais lento, de 2,5%, afetada pela reunificação da Alemanha e pela integração dos mercados. Em contrapartida, a Ásia destacou-se com um impressionante crescimento de 9,8%, impulsionado principalmente pelo rápido desenvolvimento da China e da Índia, que começaram a estabelecer-se como motores económicos globais.

O período entre **2000 e 2008** viu a América Latina melhorar a sua taxa de crescimento para 4,1%. Este aumento deveu-se em grande parte ao boom das matérias-primas, que favoreceu economias exportadoras como o Brasil e a Argentina. No entanto, as políticas neoliberais implementadas na década anterior começaram a mostrar as suas limitações, com o crescimento concentrado em determinados sectores e regiões, deixando de lado o desenvolvimento

¹ CEPAL- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (ONU)

inclusivo. A América do Norte registou um abrandamento com um crescimento de 2,6%, influenciado pela bolha pontocom e, posteriormente, pela crise financeira de 2008. A Europa continuou com um crescimento moderado de 2,0%, enfrentando desafios económicos e a implementação do euro. A Ásia manteve o seu crescimento notável, subindo para 10,5% e reforçando a sua posição como epicentro do crescimento económico global.

Entre **2008 e 2019**, o crescimento económico da América Latina desacelerou para 2,5%. A região enfrentou diversas crises internas, como a da Venezuela, e a queda dos preços das matérias-primas. As políticas neoliberais, que promoveram a desregulamentação e a redução da despesa pública, deixaram muitos países com uma infra-estrutura social enfraquecida e com uma elevada vulnerabilidade às crises económicas. A América do Norte também conheceu um abrandamento, com um crescimento de 1,8%, devido à Grande Recessão que começou com a crise do subprime que desencadeou um verdadeiro crash financeiro nas economias centrais e a subsequente lenta recuperação. A Europa, com um crescimento de 1,3%, foi afetada pela crise da dívida soberana e pelas políticas de austeridade. Embora o crescimento na Ásia tenha caído para 7,7%, a região continuou a ser a que mais cresce, sustentada pelo dinamismo das suas economias emergentes.

O período mais recente, de **2019 a 2023**, mostra uma continuação destas tendências. A América Latina, com crescimento de 1,9%, sofreu os impactos da pandemia da COVID-19, que causou crises económicas e sociais em toda a região. As anteriores políticas neoliberais deixaram muitos países sem os mecanismos de apoio necessários para enfrentar a crise sanitária e económica, exacerbando as desigualdades e dificultando a recuperação. A América do Norte apresentou uma ligeira recuperação com um crescimento de 2,2%, impulsionada por estímulos económicos e pela reativação pós-pandemia. A Europa também registou uma ligeira melhoria com um crescimento de 1,5%, apesar de enfrentar desafios como o Brexit e as contínuas tensões económicas. A Ásia, embora com o crescimento a abrandar para 5,5%, continuou a destacar-se como a região com maior crescimento, demonstrando a sua capacidade de resiliência e recuperação face à pandemia.

Para não ter uma ideia errada sobre a descolagem

da Ásia, é aconselhável completar a análise da taxa de crescimento do PIB, com a magnitude do referido PIB, que nada mais é do que a expressão da riqueza produzida pelas regiões, e como se distribui (teoricamente) essa riqueza entre os seus habitantes, neste caso o PIB per capita. Apresentamos os últimos dados disponíveis, correspondentes ao ano de 2023.

Cuadro Magnitud del PIB y del PIB per cápita en 2023

Región	PIB Total (billones de USD)	PIB per cápita (USD)
Asia	\$35.24	\$7,425
América del Norte	\$28.46	\$65,907
Europa	\$23.05	\$33,710
América Latina y el Caribe	\$6.34	\$8,924

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Como se pode verificar, embora a Ásia tenha efectivamente a maior magnitude do PIB, resultado de 35 anos de crescimento muito superior ao do resto do mundo, o seu PIB per capita é o mais baixo das regiões, equivalente ao da América Latina. É um indicador de que apesar do seu crescimento, e talvez resultado dos seus alicerces, que se baseia em grande parte no baixo nível remuneratório da sua força de trabalho, o PIB por habitante não pode deixar de refletir esta situação. Dados que alertam a América Latina, que não pode competir com a Ásia com base na redução do custo do seu trabalho porque não tem escala para poder enfrentar tal desafio que só pode beneficiar as potências ocidentais, os Estados Unidos, a Alemanha, a França e a Inglaterra, que, como se verifica nos dados do PIB per capita das suas regiões, está muito acima dos países que pretendem que estejam em situação de subdesenvolvimento permanente (América Latina e Ásia).

b) Evolução do desemprego, do emprego informal, da pobreza e da desigualdade na América Latina:

Nesta secção fornecemos dados sobre desemprego, emprego informal, pobreza e desigualdade na América Latina, em comparação com a América do Norte, Europa e Ásia, revelando como as políticas económicas e os acontecimentos globais influenciaram a estrutura económica e social da região nos períodos em que vivemos. selecionei acima. Vamos primeiro apresentar as tabelas e depois faremos uma breve análise delas.



Cuadro: Tasas de Desempleo de América Latina y otras regiones. 1990 - 2023

Periodo	América Latina (%)	América del Norte (%)	Europa (%)	Asia (%)
1990-2000	8	5	8	6
2000-2008	7	4	6	5
2008-2019	9	6	7	5
2019-2023	10	6	7	6

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Cuadro: Empleo Informal de América Latina y otras regiones. 1990 - 2023

Periodo	América Latina (%)	América del Norte (%)	Europa (%)	Asia (%)
1990-2000	50	15	20	55
2000-2008	45	12	18	50
2008-2019	43	13	19	48
2019-2023	47	14	20	50

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Cuadro: Pobreza de América Latina y otras regiones. 1990 - 2023

Periodo	América Latina (%)	América del Norte (%)	Europa (%)	Asia (%)
1990-2000	45	12	15	40
2000-2008	33	10	12	28
2008-2019	28	12	14	20
2019-2023	29	14	15	22

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Cuadro: Pobreza Extrema de América Latina y otras regiones. 1990 - 2023

Periodo	América Latina (%)	América del Norte (%)	Europa (%)	Asia (%)
1990-2000	20	5	7	25
2000-2008	13	4	6	15
2008-2019	9	5	7	10
2019-2023	11	6	8	12

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Cuadro: Coeficiente de Gini de América Latina y otras regiones. 1990 - 2023

Periodo	América Latina	América del Norte	Europa	Asia
1990-2000	0.55	0.38	0.3	0.45
2000-2008	0.5	0.4	0.32	0.42
2008-2019	0.47	0.42	0.34	0.4
2019-2023	0.48	0.43	0.35	0.41

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Abaixo segue uma análise detalhada por período.

Período: 1990-2000

Durante esta década, a América Latina implementou reformas económicas que promoveram a liberalização e a privatização do comércio. No entanto, o desemprego permaneceu elevado em 8% e o emprego informal em 50%. A liberalização económica, embora tenha estimulado o crescimento económico, também provocou uma desregulamentação do mercado de trabalho, aumentando a informalidade e o emprego precário. Esta situação traduziu-se em elevadas taxas de pobreza (45%) e pobreza extrema (20%). A desigualdade de rendimentos, medida pelo coeficiente de Gini, manteve-se elevada em 0,55, reflectindo uma distribuição profundamente desigual da riqueza. Em contraste, a América do Norte e a Europa apresentaram taxas mais baixas de desemprego (5% e 8%) e de emprego informal (15% e 20%), bem como taxas mais baixas de pobreza e pobreza extrema, devido às suas economias e políticas laborais diversificadas. redes sociais mais robustas. A Ásia, com um desemprego de 6% e uma elevada informalidade de 55%, enfrentou desafios semelhantes aos da América Latina, embora a sua capacidade de reduzir a pobreza (40%) e a pobreza extrema (25%) fosse maior.

Período: 2000-2008

Neste período, a América Latina experimentou melhorias no mercado de trabalho. O desemprego caiu ligeiramente para 7% e a informalidade laboral diminuiu para 45%. Apesar destes avanços, a dependência das exportações de matérias-primas manteve a vulnerabilidade da região, limitando a criação de empregos formais e de qualidade. Isto

reflectiu-se numa redução da pobreza para 33% e da pobreza extrema para 13%, mas a desigualdade de rendimentos permaneceu elevada, com um coeficiente de Gini de 0,5. A América do Norte conseguiu reduzir o desemprego para 4% e a informalidade para 12%, apoiada por um mercado de trabalho mais forte e diversificado. A Europa também registou melhorias no emprego e reduziu as suas taxas de pobreza (12%) e pobreza extrema (6%). A Ásia conseguiu reduzir o desemprego (5%) e a informalidade (50%), reduzindo significativamente a pobreza e a pobreza extrema (28% e 15%), embora estas permanecessem relativamente elevadas.

Período: 2008-2019

A desaceleração global teve um impacto significativo na América Latina, com o desemprego a subir para 9% e a informalidade laboral a diminuir ligeiramente para 43%. As economias da região, ainda dependentes das exportações, sofreram com a volatilidade do mercado internacional. Além disso, as anteriores políticas de desregulamentação deixaram muitos países com uma infra-estrutura social enfraquecida, incapazes de absorver choques económicos adversos. Isto reflectiu-se numa diminuição da pobreza para 28% e da pobreza extrema para 9%, mas a desigualdade de rendimentos permaneceu elevada, com um coeficiente de Gini de 0,47. A América do Norte registou aumentos no desemprego (6%) e na informalidade (13%), embora as políticas de estímulo tenham ajudado a recuperação. A Europa enfrentou elevados níveis de desemprego (7%) e manteve a informalidade em 19%, enquanto as suas taxas de pobreza e pobreza extrema se situavam em 14% e 7%, respectivamente. A Ásia manteve taxas de desemprego (5%) e de informalidade (48%) relativamente estáveis, e uma redução da pobreza e da pobreza extrema (20% e 10%).

Período: 2019-2023

A pandemia da COVID-19 exacerbou as fragilidades estruturais da América Latina, aumentando o desemprego para 10%, a taxa mais elevada das últimas décadas, e a informalidade laboral voltou a subir para 47%. A crise sanitária e económica aprofundou as desigualdades, com a pobreza a aumentar para

29% e a pobreza extrema para 11%. A desigualdade de rendimentos, medida pelo coeficiente de Gini, manteve-se num nível elevado de 0,48, reflectindo as deficiências estruturais da região. A América do Norte apresentou uma ligeira recuperação, mas o desemprego manteve-se nos 6% e a informalidade nos 14%, reflectindo a recuperação desigual. A Europa registou níveis persistentes de desemprego (7%) e informalidade (20%), com taxas de pobreza e pobreza extrema de 15% e 8%. A Ásia demonstrou a sua resiliência, mantendo taxas de desemprego (6%) e de informalidade (50%) relativamente controladas, e um aumento moderado da pobreza e da pobreza extrema (22% e 12%).

Um problema que persiste

Em resumo, apesar do crescimento económico nestas quase quatro décadas de neoliberalismo, os principais indicadores sociais da América Latina quase não se moveram. Continuamos a ser a região com maior desemprego e insegurança laboral e, ao mesmo tempo, a região mais desigual. Melhorámos apenas ligeiramente as taxas de pobreza e pobreza extrema, mas estas continuam a ser as mais elevadas das regiões analisadas. Consequentemente, o fracasso do neoliberalismo em criar uma sociedade mais igualitária no nosso continente é aqui novamente evidente. Falha que notamos em pensar em um novo tipo de modelo económico que a nossa América Latina necessita.

As razões do baixo crescimento e das vulnerabilidades sociais associadas estão ligadas ao perfil produtivo da região, situação que abordaremos na secção seguinte.

c) Análise da Especialização Produtiva da América Latina através de Exportações e Importações (1990-2023)

A evolução da especialização produtiva na América Latina, observada através da composição das suas exportações e importações de 1990 a 2023, revela a dinâmica económica e as transformações estruturais que ocorreram na região ao longo de mais de três décadas. Apresentamos as tabelas e posteriormente a sua posterior análise.



Composição de Exportaciones de América Latina y otras regiones. (1990-2023)

Periodo	Bienes Primarios (%)	Manufacturas Basadas en RR.NN. (%)	Manufacturas de Baja Tecnología (%)	Manufacturas de Alta Tecnología (%)
1990-2000	60	25	10	5
2000-2008	55	30	10	5
2008-2019	65	20	10	5
2019-2023	70	18	8	4

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Composición de Importaciones de América Latina y otras regiones. (1990-2023)

Periodo	Bienes Primarios (%)	Manufacturas Basadas en RR.NN. (%)	Manufacturas de Baja Tecnología (%)	Manufacturas de Alta Tecnología (%)
1990-2000	20	30	25	25
2000-2008	15	35	25	25
2008-2019	10	40	25	25
2019-2023	8	45	22	25

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Período: 1990-2000

Durante a década de 1990, a América Latina mostrou uma dependência acentuada das exportações de bens primários, que constituíram 60% do total das exportações. Esta elevada percentagem reflete uma economia orientada para a extração e exportação de recursos naturais, com pouca participação na produção de bens manufaturados. A indústria transformadora baseada em recursos naturais representou 25%, enquanto a indústria transformadora de baixa e alta tecnologia mal atingiu 10% e 5%, respetivamente. Por outro lado, as importações da região eram significativamente diferentes na composição: apenas 20% correspondiam a bens primários, enquanto os produtos manufaturados baseados em recursos naturais, de baixa e alta tecnologia representavam 30%, 25% e 25%, respetivamente. Esta disparidade indica uma dependência da região da importação de bens manufaturados, especialmente de alta tecnologia, sublinhando a falta de capacidade produtiva interna nestes sectores.

Período: 2000-2008

O início do novo milénio trouxe consigo algumas mudanças na estrutura económica da América

Latina. A participação dos bens primários nas exportações diminuiu ligeiramente para 55%, enquanto a indústria transformadora baseada em recursos naturais aumentou para 30%. No entanto, a produção de baixa e alta tecnologia permaneceu constante em 10% e 5%, respectivamente. Este ajustamento sugere uma tentativa de diversificação produtiva, embora ainda limitada. Em termos de importações, a região começou a importar mais produtos manufaturados baseados em recursos naturais, que aumentaram para 35%, enquanto as importações de bens primários diminuíram para 15%. A produção de baixa e alta tecnologia permaneceu estável em 25% cada. Esta tendência de aumento das importações de produtos manufaturados baseados em recursos naturais pode estar relacionada com o crescimento das indústrias que necessitam destes insumos, embora a região continuasse a depender em grande parte de importações de alta tecnologia.

Período: 2008-2019

O período seguinte mostra um declínio na diversificação das exportações latino-americanas. A dependência de bens primários nas exportações aumentou para 65%, enquanto a indústria transformadora baseada em recursos naturais diminuiu para 20%. A produção de baixa e alta tecnologia permaneceu constante em 10% e 5%, respectivamente. Este aumento da dependência de bens primários realça uma vulnerabilidade crescente à flutuação dos preços internacionais das matérias-primas. Paralelamente, as importações de produtos manufaturados baseados em recursos naturais cresceram para 40%, e as importações de alta tecnologia permaneceram em 25%, enquanto as importações de bens primários diminuíram para 10%. A crescente importação de produtos manufaturados baseados em recursos naturais indica um fortalecimento dos setores industriais que necessitam destes insumos, mas também uma dependência persistente de tecnologia avançada do exterior.

Período: 2019-2023

O período mais recente, marcado pela pandemia da COVID-19, mostra a crescente dependência da América Latina das exportações de bens primários, que aumentou para 70%. A indústria transformadora baseada em recursos naturais e de alta tecnologia

diminuiu ainda mais, atingindo 18% e 4%, respectivamente. A produção de baixa tecnologia também reduziu a sua participação para 8%. Este elevado nível de dependência de bens primários reflecte as dificuldades da região em diversificar a sua economia e desenvolver capacidades industriais avançadas. Em contraste, as importações de produtos manufaturados baseados em recursos naturais cresceram para 45% e as importações de alta tecnologia permaneceram em 25%. A região continuou a importar uma proporção significativa de produção de alta tecnologia, evidenciando a falta de desenvolvimento nestes sectores. A redução da importação de bens primários para 8% sugere um foco na aquisição de insumos industriais e tecnológicos necessários para sustentar as indústrias locais, embora sem alcançar uma transformação produtiva interna significativa.

Regras do extrativismo

Em resumo, ao longo dos últimos 30 anos, a estrutura das exportações e importações da América Latina revelou uma dependência persistente de bens primários e uma capacidade limitada de produção de bens manufaturados, especialmente bens de alta tecnologia. Embora tenham havido tentativas de diversificação no início do século XXI, estas não foram consolidadas e a região continua vulnerável à volatilidade dos mercados internacionais de matérias-primas. A tendência crescente de importações de produtos industriais baseados em recursos naturais e alta tecnologia sublinha a necessidade de reforçar a capacidade produtiva interna em sectores tecnológicos avançados para reduzir a dependência externa e promover um desenvolvimento económico mais equilibrado e sustentável.

O estatuto colonizador da nossa região é tão grande que não há sequer progressos significativos na industrialização dos nossos recursos naturais. Não só são exportados menos produtos manufaturados baseados em recursos naturais, mas, em troca, mais desses produtos manufaturados são importados. Esta é a industrialização ausente e proibida para a América Latina dos seus próprios recursos naturais. A colonização se expressa no veto de ter fábrica própria da América Latina nos produtos que a natureza lhes fornece e para os quais não é necessário estar no limiar da fronteira tecnológica. Não estamos sequer a falar de transferência tecnológica de empresas estrangeiras que operam

no nosso território, que seria o preço que teriam de pagar para aproveitar os nossos recursos naturais, e muito menos das possibilidades de configuração de um tecido industrial suficientemente extenso e estruturado para permitir gerar endogenicamente as bases de sua própria tecnologia.

A seguir apresentaremos brevemente uma ilustração deste tipo de especialização produtiva que mostra vulnerabilidade e dependência externa nos seus aspectos mais específicos, aqueles relacionados ao tipo de produção que é realizada e que é demandada.

C.1) Principais Produtos Exportados por País em 2023

A tabela apresentada mostra a especialização produtiva de vários países latino-americanos, destacando os principais produtos de exportação de cada nação. Na Argentina, a soja representa 35% das exportações, seguida pela carne bovina com 27%, indicando uma forte dependência do setor agrícola e pecuário. A Bolívia concentra-se nas exportações de minerais, com a prata e o zinco representando 58% do total das suas exportações, enquanto a carne bovina também tem uma presença significativa. O Brasil, com uma economia mais diversificada, exporta principalmente soja (33%) e minério de ferro (26%), além de petróleo (17%) e carne bovina (6%). O Chile apresenta uma notável dependência do cobre, tanto bruto (45%) quanto refinado (21%), além do lítio e das cerejas, refletindo sua riqueza em recursos minerais. Na Colômbia, o petróleo domina as exportações com 75%, seguido pelo ferroníquel e pelo carvão. O Equador se destaca pelas exportações de camarão (64%) e cobre bruto (14%). O Paraguai concentra-se em produtos como couro curtido (41%) e sucata de cobre (18%). O Peru, assim como o Chile, concentra-se no cobre bruto (58%) e em outros minerais. O Uruguai exporta principalmente carne bovina (45%) e soja (15%). A Venezuela, apesar da crise económica, tem como principais exportações os minérios de ferro e os produtos ferrosos. Por fim, o México apresenta uma combinação de minérios de cobre (33%) e produtos manufaturados como autopeças para tratores (9%) e caixas de câmbio para tratores (3%). Esta tabela destaca a forte dependência da América Latina da exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, com variações significativas entre países, dependendo dos seus recursos naturais e capacidades industriais.



País	Principales Productos
Argentina	Soja (35%), Carne bovina (27%), Cebada (6%), Sorgo (5%), Aceite de soja (4%)
Bolivia	Plata (31%), Zinc (27%), Carne de bovino (14%), Minerales de plomo (9%), Minerales de estaño (4%)
Brasil	Soja (33%), Mineral de hierro (26%), Petróleo (17%), Carne bovina (6%), Celulosa (3%)
Chile	Cobre en bruto (45%), Cobre refinado (21%), Litio (6%), Cerezas (5%), Mineral de hierro (4%)
Colombia	Petróleo (75%), Ferroníquel (7%), Hulla (5%), Desechos de cobre (4%), Coque de petróleo (3%)
Ecuador	Camarones (64%), Cobre en bruto (14%), Petróleo (7%), Madera de balsa (4%), Minerales preciosos (3%)
Paraguay	Pieles curtidas (41%), Desechos de cobre (18%), Madera aserrada (9%), Madera en tablillas (7%), Sésamo (4%)
Perú	Cobre en bruto (58%), Minerales de hierro (9%), Cobre refinado (8%), Harina de pescado (8%), Plata (4%)
Uruguay	Carne bovina (45%), Soja (15%), Trozos de bovino (11%), Despojos de bovino (7%), Ganado para cría (5%)
Venezuela	Minerales de hierro (26%), Productos férreos (18%), Coque de petróleo (18%), Metanol (18%), Desechos de cobre (6%)
México	Minerales de cobre (33%), Materias primas no especificadas (13%), Autopartes p/tractores (9%), Minerales de plomo (7%), Cajas de cambio p/tractores (3%)

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

C. 2) Análise do tipo de produtos que a América Latina importa e sua dependência tecnológica

A América Latina apresenta uma forte dependência da importação de bens manufaturados e equipamentos tecnológicos, essenciais para sustentar suas economias e apoiar diversas indústrias. A alta demanda por veículos e autopeças, produtos químicos, máquinas e equipamentos industriais e produtos eletrônicos reflete as necessidades industriais e tecnológicas da região.

Veículos e Autopeças: É um setor predominante nas importações de países como Argentina, Brasil, Colômbia e México. A dependência destes produtos realça a importância do setor automóvel e a falta de capacidade de produção local suficiente para satisfazer a procura interna.

Produtos Químicos: Amplamente importados por todos os países, esses produtos são essenciais para diversas indústrias, da agricultura à manufatura. A elevada procura de produtos químicos destaca a necessidade de

insumos para processos industriais que não são produzidos localmente em quantidades suficientes.

Máquinas e Equipamentos Industriais: A importação de máquinas e equipamentos é crucial para o desenvolvimento industrial e a modernização da infra-estrutura produtiva. Países como Brasil, Peru e Venezuela apresentam elevada dependência desses bens, necessários para manter a competitividade e a eficiência na produção.

Eletrodomésticos e Equipamentos Eletrônicos: Importados principalmente pelo Brasil, Chile e México, esses produtos são essenciais tanto para o consumo interno quanto para o desenvolvimento das indústrias tecnológicas. A dependência das importações neste setor realça a falta de capacidade local de produção de alta tecnologia.

Produtos Farmacêuticos e Petroquímicos: A importação de produtos farmacêuticos pela Bolívia e de produtos petroquímicos pela Venezuela reflete a necessidade de insumos críticos para a saúde pública e a indústria energética, respectivamente.

Cuadro: Principales Productos que América Latina Importa (2023)

País	Productos Importados
Argentina	Vehículos y Autopartes (15%), Productos Químicos (10%), Maquinaria y Equipos Mecánicos (8%), Electrónicos (5%)
Bolivia	Productos Farmacéuticos (12%), Equipos de Transporte (8%), Maquinaria y Equipos Mecánicos (7%)
Brasil	Vehículos y Autopartes (20%), Productos Químicos (15%), Maquinaria y Equipos Industriales (10%), Electrodomésticos (8%)
Chile	Productos Químicos (12%), Maquinaria y Equipos de Minería (10%), Electrodomésticos (7%)
Colombia	Vehículos y Autopartes (18%), Productos Químicos (12%), Maquinaria y Equipos Industriales (9%)
Ecuador	Productos Químicos (10%), Maquinaria y Equipos Industriales (8%), Electrodomésticos (6%)
Paraguay	Productos Químicos (12%), Equipos de Transporte (10%), Maquinaria Agrícola (8%)
Perú	Maquinaria y Equipos Industriales (15%), Productos Químicos (12%), Vehículos y Autopartes (10%)
Uruguay	Maquinaria Agrícola (10%), Productos Químicos (8%), Equipos de Transporte (7%)
Venezuela	Productos Petroquímicos (20%), Equipos de Transporte (10%), Maquinaria y Equipos Industriales (8%)
México	Vehículos y Autopartes (40%), Equipos Electrónicos (15%), Maquinaria y Equipos Industriales (10%), Productos Químicos (8%)

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

A inserção primarizada, vulnerável e dependente da América Latina é objetivada na presença de importantes empresas estrangeiras, que são os modernos agentes de colonização do nosso tempo. Apresentamos uma breve análise deles.

d) Grau de Estrangeirização da América Latina e Peso das Empresas Estrangeiras por País

O grau de estrangeirização na América Latina refere-se à proporção de empresas e ativos controlados pelo capital estrangeiro em relação ao total da economia de cada país. Em 2022, o Investimento Estrangeiro Direto (IDE) acumulado na região totalizou 2,86 trilhões de dólares, com concentração significativa no Brasil (36%), México (25%), Chile (10%), Colômbia (8%), Peru (5%) e Argentina (4%).

Cuadro Peso de las Empresas Extranjeras por País

País	Peso de las Empresas Extranjeras	Sectores Clave
Argentina	25% del PIB	Energía, alimentos y bebidas, productos químicos
Brasil	30% del PIB	Automotriz, petróleo y gas, productos químicos, tecnología
Chile	35% del PIB	Minería, productos químicos, energía
Colombia	20% del PIB	Energía, telecomunicaciones, productos químicos
México	40% del PIB	Automotriz, tecnología, productos químicos, energía
Perú	15% del PIB	Minería, energía, productos químicos
Uruguay	10% del PIB	Energía, alimentos y bebidas, productos químicos
Venezuela	5% del PIB	Energía, productos químicos

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Estes dados reflectem a forte presença de empresas estrangeiras em vários sectores-chave das economias latino-americanas, indicando uma dependência significativa do capital estrangeiro e da tecnologia para impulsionar o crescimento económico na região. A presença predominante de empresas estrangeiras em sectores estratégicos como a energia, a mineração e a indústria transformadora sublinha o perfil dependente e vulnerável das economias latino-americanas. Esta dependência traduz-se numa capacidade limitada de controlar e dirigir o desenvolvimento económico, bem como numa elevada exposição a mudanças e crises nos mercados internacionais.

Principales Empresas Extranjeras que operan en América Latina por País (2023)

País	Empresas Extranjeras
Argentina	Chevron (EE.UU.), ExxonMobil (EE.UU.), TotalEnergies (Francia), PepsiCo (EE.UU.)
Brasil	ExxonMobil (EE.UU.), Shell (Reino Unido), Toyota (Japón), Volkswagen (Alemania)
Chile	BHP (Australia), Anglo América n (Reino Unido), Siemens (Alemania)
Colombia	ExxonMobil (EE.UU.), Chevron (EE.UU.), Nokia (Finlandia), Nestlé (Suiza)
México	General Motors (EE.UU.), Ford (EE.UU.), Nestlé (Suiza), Siemens (Alemania)
Perú	Southern Copper Corporation (EE.UU.), ExxonMobil (EE.UU.), Siemens (Alemania), Glencore (Suiza)
Uruguay	ExxonMobil (EE.UU.), TotalEnergies (Francia), Nestlé (Suiza), PepsiCo (EE.UU.)
Venezuela	Chevron (EE.UU.), TotalEnergies (Francia), Repsol (España), Eni (Italia)

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Estes dados destacam a forte presença de empresas multinacionais em setores-chave como energia, mineração, automotivo e manufatura em vários países da América Latina. A maioria destas empresas vem dos Estados Unidos, Europa e Ásia, indicando uma notável influência externa na economia da região. Esta influência externa manifesta-se na forma como as economias latino-americanas estão estruturadas e funcionam, com elevada dependência do investimento estrangeiro e da tecnologia para o desenvolvimento de setores críticos.

Contudo, a presença de agentes colonizadores encarnados nas Empresas Transnacionais não são os únicos que atuam na região, mas sim em semelhanças com eles, e como se fossem seus descendentes, no calor das tendências neoliberais dos últimos quatro anos Nas últimas décadas, o surgimento de grandes empresas locais que se transnacionalizaram surgiu como uma novidade no nosso continente, mas que, em vez de responderem a uma lógica económica autónoma, são estritamente filhas do modelo das grandes empresas transnacionais em que tentaram forjar-se. -se na imagem e semelhanças. Estas são as multilatinas, às quais dedicamos uma breve seção.

e) Multilatinas: a implantação das empresas latino-americanas no cenário global

As multinacionais latino-americanas, conhecidas como “multilatinas”, expandiram significativamente suas operações globais, consolidando-se em diversos setores como energia, mineração, telecomunicações, alimentos e bebidas. Estas empresas, tal como as multinacionais estrangeiras, têm procurado capitalizar as oportunidades nos mercados internacionais, diversificando as suas operações e fontes de rendimento. A rigor, foram formadas à imagem e semelhança das empresas transnacionais que procuraram imitar nas suas práticas, estratégias e gestão.

Principales Multilatinas por País

País	Multilatinas
Brasil	Petrobras (Petróleo y gas), Vale (Minería), JBS (Carne), Embraer (Aeronáutica)
México	América Móvil (Telecomunicaciones), Cemex (Cemento), Grupo Bimbo (Alimentos), Pemex (Petróleo y gas)
Argentina	Techint (Siderurgia, energía y construcción), YPF (Energía), Arcor (Alimentos)
Chile	Codelco (Cobre), LATAM Airlines (Aerolínea), Falabella (Retail)
Colombia	Ecopetrol (Petróleo y gas), Grupo Aval (Finanzas), Argos (Cemento)
Perú	Southern Copper (Minería), Alicorp (Consumo masivo), Buenaventura (Minería)

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Cepal

Estas empresas não só tiveram um impacto significativo nos respetivos mercados nacionais, como também expandiram a sua atuação a nível internacional, consolidando-se como importantes players nos respetivos setores de atividade em que não têm estado isentas das práticas monopolistas e oligopolistas que lhes são atribuídas pelo seu poder de mercado e pela sua semelhança com as empresas transnacionais. A expansão das multilatinas reflete uma estratégia semelhante à das multinacionais estrangeiras: diversificação de mercados, aproveitamento de economias de escala e busca de competitividade global. São agentes locais que internalizaram como se fosse sua a estratégia de colonização de outros territórios, principalmente dos próprios países vizinhos.

A internacionalização das multilatinas permitiu a

estas empresas aceder a novos mercados, aumentar a sua base de clientes e melhorar a sua capacidade de competir globalmente. No entanto, esta implantação também envolve enfrentar desafios como a concorrência com empresas bem estabelecidas em mercados estrangeiros, a necessidade de adaptação a diferentes regulamentações e culturas empresariais e a gestão de operações transnacionais complexas.

A forte presença de empresas estrangeiras na América Latina e a crescente implantação de multilatinas no cenário global sublinham a dualidade da economia regional: por um lado, uma dependência significativa de capital e tecnologia estrangeiros e, por outro, um esforço no parte das empresas locais se internacionalizarem e competirem globalmente, como se fossem transnacionais.

Neste sentido, é fundamental apontar as condições que as experiências ditas “progressistas” continuam a evidenciar na gestão das estruturas estatais e nos processos de governação local, regional e nacional em torno desta questão. A tentativa de realizar uma “governança” mais baseada em acordos com estes sectores (“multilatinas”, empresas estrangeiras, credores externos, organismos multilaterais, etc.) do que em processos de mobilização política efetiva e permanente de outros actores económicos e comunitários do Economia na criação de um modelo alternativo, embora tenham expressado conquistas específicas em relação à agenda “social”, não só não tiveram sucesso na tentativa de acalmar a voracidade destes grupos, como mantiveram e aprofundaram um esquema que indicadores agravados de pobreza, estrangeirização da economia e insegurança laboral das maiorias populares no continente.

As possibilidades que a América Latina oferece para a acumulação e expansão do capital concentrado, como percebem as empresas transnacionais e multilatinas, devem ser o foco onde uma dinâmica política deve começar a pensar que permita no futuro uma estratégia regulatória diferente que nos permita estabelecer um novo modelo produtivo para a região. É nesta chave que parece fundamental a multiplicação dos processos de Cultura Viva Comunitária, Economia Social e Democracia Participativa nos territórios, no quadro de outras considerações com as quais terminaremos este material.

III) Rumo a uma mudança no modelo de produção da América Latina

As evidências apresentadas são claras ao apontar o completo fracasso do neoliberalismo em criar uma sociedade de acordo com os critérios de igualdade, justiça, desenvolvimento económico e cuidado ambiental para a América Latina.

O trauma inicial da colonização que marcou a nossa região ainda está presente e trata-se de reunir coletivamente, entre os movimentos populares do continente, as estratégias que nos permitam pensar e criar um novo tipo de sociedade.

Uma sociedade que não só seja capaz de resolver as necessidades económicas, de saúde, educativas e culturais do nosso Povo, mas que consiga concretizar uma perspectiva comunitária e colaborativa da Economia, mais alinhada com aquela tradição cooperativa que também está na nossa herança ancestral e ser humano, e que, por outro lado, os avanços da ciência e da tecnologia hoje poderiam se multiplicar e se estabelecer em nossos territórios.

Sabemos que não será através da aceitação passiva dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto que conseguiremos criar esta estratégia, muito menos a partir das iniciativas que são decididas nas instâncias multilaterais onde se coordenam os interesses das grandes potências, como o Nações Unidas. Estados Unidos e suas instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial.

Teremos que resgatar a experiência de substituição de importações que a América Latina soube desenvolver no quadro do pós-guerra e que foi abruptamente interrompida pelas ferozes ditaduras surgidas no Continente, que mais uma vez instalaram a disciplina social das primeiras potências mundiais .que não aceitam a soberania de um território que consideram seu quintal.

Teremos de olhar para a experiência do Sudeste Asiático e principalmente da China, que eles nos mostram, como o faz a história dos Estados Unidos após a crise de 29 e como a história da Europa mostra na reconstrução após o genocídio do Segundo Guerra Mundial, que, olhando à escala “nacional”, o Estado possa ser um actor protagonista na capacidade de dirigir uma estratégia que permita desen-

volver o potencial produtivo, melhorar as condições de vida e cuidar do ambiente, sempre que exprima uma relação de forças em a sociedade que supõe a existência real de um Poder comunitário, instituinte, instituído e popular. Este Estado pode ser não só a contrapartida do capital concentrado, mas também um forte regulador da sua voracidade, e até mesmo o construtor dos alicerces de uma sociabilidade económica mais colaborativa. Um Estado que, como instrumento institucional, deve ser comandado por processos permanentes de mobilização cidadã dos setores populares, através de uma estratégia determinada de democratização plena da sociedade que seja a garantia de vinculação do poder estatal de regulação em benefício da sociedade e. não no privilégio de suas elites. Nesta chave, o fortalecimento dos processos de Cultura Viva Comunitária nos territórios torna-se uma condição incontornável de um modelo económico diferente no nosso continente. A Cultura Viva Comunitária é a “tigela” onde habitualmente se conjugam o território, a Economia Social, as formas de Democracia Participativa e a relação de amizade com os bens comuns e naturais; É aí que também devemos procurar as chaves para uma dinâmica produtiva diferente, protegida da voracidade financeira do capitalismo global e geradora de outra Vida.

Teremos que aceitar os desafios do novo paradigma mundial, onde a explosão das tecnologias de informação, o boom da inteligência artificial e dos algoritmos de produção aumentaram exponencialmente a produtividade global, que é usada pelas elites como uma tentativa de bestializar ainda mais as condições de vida. dos sectores populares, através da ameaça de desemprego massivo e de extrema degradação das condições de trabalho. É então necessário arrancar do capital concentrado a liderança política dos processos económicos, alcançando consenso na sociedade sobre um novo pacto social através do protagonismo dos movimentos populares, que permitam transferir este salto de produtividade em benefício do todo, dado que a produtividade é um fenómeno social e cultural, e não o privilégio de uma elite frenética e perturbada. O “renda básica universale a “Formação Contínua” são, por exemplo, chaves importantes deste novo pacto social. “Renda básica Universal” que nos permitiria resolver as dramáticas situações de pobreza e pobreza extrema no nosso continente. “Formação Contínua” para que sejam os trabalha-



dores, ou seja, as nossas Pessoas, que determinem o rumo das novas tecnologias para criar novos enredos, novas formas de tornar a sociedade mais colaborativa e curativa, e não o império da exclusão que quase metade de um século de capitalismo reflectiram-se na região.

Criar as ferramentas para fortalecer as bases destes processos em todo o continente é uma prioridade política inevitável e, nesta chave, “a caravana rumo às nossas Culturas Vivas Comunitárias” certamente encontrará o seu destino transformador num futuro diferente.//



ILACVC

Instituto Latinoamericano de Promoción
de la **Cultura Viva Comunitaria**